**DELIBERAÇÃO PLENÁRIA**

|  |  |
| --- | --- |
| **Nº**: **DPL – 464/2015** | **Assunto:** Julgamento do Processo Ético Disciplinar nº 296/2015 (Processo SICCAU 281550/2015). |
| **Conforme aprovado na 56ª Sessão Plenária** | Data: 18/12/2015 |

Considerando o disposto no art. 24, § 1° da Lei n° 12.378, de 2010, que estabelece que o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF) têm como função orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Arquitetura e Urbanismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da Arquitetura e Urbanismo;

Considerando o disposto no art. 34, inciso VIII, da Lei 12.378/10, que dá aos CAU/UF a competência para fiscalizar o exercício da atividade profissional do Arquiteto e Urbanista;

Considerando o disposto no art. 34, inciso IX, que dá aos CAU/UF a competência de julgar, em primeira instância, os processos disciplinares;

Considerando o disposto na Resolução nº 34 do CAU/BR, que dispõe sobre a instrução e julgamento dos processos relacionados a faltas ético-disciplinares;

Considerando o disposto na Resolução nº 52 do CAU/BR, que aprova o Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil;

O Plenário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul – CAU/RS, no exercício de suas competências e prerrogativas, de acordo com o art. 34, X da Lei 12.378 de 2010 c/c art. 10 do seu Regimento Interno,

**DELIBERA:**

1. Pela aprovação do Relato e do Parecer (folhas 96 - 99 dos autos) do Conselheiro Relator, Marcelo Petrucci Maia, referente ao Processo Ético Disciplinar nº 296/2015 (Processo SICCAU 281550/2015), no sentido de aplicar a sanção de advertência reservada à Arquiteta e Urbanista Ângela Carla Becker.
2. A deliberação teve 17 votos a favor, e 01 ausência, conforme lista de votação em anexo.
3. Intimem-se os interessados, com cópia desta Deliberação e do Voto, para que, querendo, recorram ao Plenário do CAU/BR no prazo de 30 dias, a contar do recebimento da intimação, conforme determina o art. 32, §1º da Resolução nº 34 do CAU/BR
4. Transitado em julgado, retornem os autos à Comissão de Ética e Disciplina para providências legais.
5. Esta deliberação entra em vigor nesta data.

Porto Alegre, 18 de dezembro de 2015.

**Roberto Py Gomes da Silveira**

 **Presidente do CAU/RS**